A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA PAULISTA[1]

Pérsio de Carvalho Junqueira[2]

É um privilégio, uma honra e um orgulho estar à frente do Instituto de Economia Agrícola (IEA), na comemoração dos 50 anos de atividades em pesquisa e assessoramento em economia agrícola.

As séries de dados levantados pelo Instituto de Economia Agrícola permitiram acompanhar, registrar e analisar o desenvolvimento da agricultura paulista e enfrentar o constante desafio do seu corpo técnico para atualizá-las, adaptá-las ao desenvolvimento e criar outras de interesses mais específicos, de modo a permitir as inferências necessárias aos formuladores de políticas agrícolas e outros agentes do mercado.

Analisar as séries do IEA, desde 1942, seria além de difícil, talvez até irrelevante dadas as características de constantes mudanças em curtos períodos de tempo, acompanhando as variações nas políticas econômica e agrícola praticadas no País e a situação geral da economia.

O que se pretende, portanto, é delinear um quadro que nos permita identificar alguns dos desafios que o agricultor paulista terá que enfrentar na década de 90.

1 - O uso do solo no Estado de São Paulo está se modificando significativamente. Entre 1969 e 1980 houve uma redução de 0,234% a.a. nas culturas anuais e um crescimento de 5,3% a.a. nas culturas perenes. No período de 1981 a 1992 estabiliza-se a área de culturas anuais e as culturas perenes crescem ainda à taxa de 0,9% a.a. influenciadas pelo crescimento dos laranjais. Pastagens reduziram-se 1,96% a.a., no primeiro período, crescendo pouco no período seguinte.

A área total ocupada com agricultura no Estado cresceu no período todo 0,4% a.a., situando-se hoje em 16,8 milhões de hectares (700 mil hectares a menos que a área máxima cultivada em São Paulo, 17,6 milhões de hectares).

2 - A eficiência física da agricultura paulista pode ser medida pelas séries de rendimentos calculadas pelo IEA. No período 1960 a 1992 todos os produtos analisados tiveram incrementos médios significativos, destacando-se: batata, 19% a.a.; tomate rasteiro, 22,6% a.a.; tomate envarado, 16,6% a.a.; cebola, 6,1% a.a; e feijão, 3% a.a.

3 - A renda bruta da agricultura paulista no período 1969 a 1979 passou de Cr$25.153 milhões para Cr$57.424 milhões, em números índices de 73 para 167. Este valor atingiu um máximo em 1985 (Cr$70.400 milhões) e a partir daquele ano, pela crise econômica desencadeada após os sucessivos planos econômicos e pacotes agrícolas, vem decrescendo paulatinamente até atingir em 1992, Cr$34.330 milhões a preços de setembro.

O esforço do setor agrícola para melhorar e aumentar o rendimento agrícola tem sido uma questão de sobrevivência, pois a queda contínua dos preços agrícolas e das relações de troca do setor tem reduzido a renda obtida.

O atual valor mensal do Índice de Paridade, relação entre o Índice de Preços Recebidos e o Índice de Preços Pagos (IPR/IPP) de 67,5 é o menor observado em toda a série do IEA desde janeiro de 1986 cujo valor foi 83,6. Os melhores anos das relações de troca foram 1986 e 1987 cujos valores estiveram favoráveis aos agricultores, permanecendo acima de 100 por dois anos.

A renda bruta da cafeicultura, a partir de 1986, caiu 94%; a da banana e do trigo, 78%; a do arroz 60%; a do milho, 47%; a da batata, 37%; aves de corte, 33%; carne bovina, 26%; laranja e cana, 3,8%.

4 - Os efeitos econômicos e sociais da queda da renda bruta a partir de 1986 têm sido graves. Estes se refletem na redução da tecnologia empregada pelo agricultor, aproximando-o do limite de conseguir manter seus rendimentos, e na ociosidade e queda de vendas de tratores, adubos e defensivos.

A análise dos dados do IEA indica que a venda de tratores agrícolas no Brasil entre 1986 e 1991 caíram 70%, computando-se em 1992 ainda mais 30% de queda em relação ao ano anterior. O Estado de São Paulo dispõe hoje de um número de tratores estimado em 130.000 unidades, igual ao número de 1979 e 21% a menos que 1986. A frota está se tornando obsoleta,

---

[1]Palestra proferida na abertura do Evento da comemoração do cinqüentenário do IEA, em 09/11/1992.

[2]Pesquisador Científico, Diretor Técnico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Agricultura em São Paulo, SP, *39*(2):1-4, 1992.

depreciada e o agricultor não tem condições de investir na mecanização agrícola.

O consumo de fertilizantes no Brasil caiu 12% entre 1987 e 1991, sendo que em São Paulo caiu 5%. A quantidade de adubo por hectare caiu em São Paulo entre 1986 e 1991, 21% para a cultura do algodão, 22% para o arroz, 52% para o café, 21% para a laranja e 9% para a soja. Somente cana e milho mantiveram o mesmo nível de utilização.

O Estado de São Paulo, cujo consumo global de fertilizantes cresceu 2,26 vezes entre 1977 e 1987, a partir desse ano manteve o mesmo nível ao redor de 372 kg/ha cultivado.

A situação de crise pela qual passa a economia brasileira está afetando até o ativo real do agricultor, que é a sua terra. Os preços das terras de primeira, no Estado entre 1971 e 1980, período economicamente favorável, cresceram a uma taxa de 12,6% a.a. A terra de segunda neste período cresceu 15% a.a., fruto da demanda para plantio de culturas mais rentáveis, o mesmo acontecendo com a terra de campo e pastagem que cresceram, respectivamente, 17% a.a. e 15% a.a. Até a área para reflorestamento beneficiou-se do período de estabilidade econômica, com crescimento de 16,2% a.a.

A partir de 1981 até 1992 os preços para a maioria dos tipos de terra estabilizaram-se, excetuando-se a terra de segunda que vem tendo uma desvalorização de 3% a.a.

Taxas elevadas de juros, inflação em alta e queda na rentabilidade de algumas das culturas desviam as aplicações para o mercado financeiro, afetando o preço do ativo real terra.

5 - Os reflexos sociais da queda da renda do setor têm sido impressionantes e podem ser medidos e analisados pelos dados do emprego rural coletados pelo IEA/CATI.

Entre 1967 e 1986 o número de dias-homem de volantes empregados na agricultura paulista cresceu 20%, de 52,3 milhões para 62,8 milhões. A partir desse ano até 1991 baixou a 42,0 milhões, 20% a menos que em 1976.

A massa salarial dessa categoria de um índice 100 em 1976 atingiu 134 em 1986 e no ano passado baixou a 48, ou seja, a renda total dos volantes hoje (Cr$631.729 milhões) vale só 36% daquela de 1986 (Cr$1.769 bilhões de cruzeiros).

Esse menor emprego de mão-de-obra eventual tem gerado fome, miséria e êxodo rural, acompanhando o crescimento da violência nos centros urbanos.

A população trabalhadora total no Estado de São Paulo, incluindo aqui residentes, não residentes e volantes, de um índice 100 em 1970 atingiu 99 em 1976, 89 em 1987 e hoje encontra-se em 80, isto é, caiu 20% em 22 anos.

6 - Dos anos 70 até meados da década de 80, o crédito agrícola para custeio cresceu de um índice 100 em 1974 para 163 em 1982. A partir daí houve queda acentuada, atingindo o índice 52 em 1991, isto é, praticamente a metade do início da série, em termos reais.

A evolução negativa da disponibilidade de crédito de custeio é ainda mais dramática. De um índice de 34 em 1969 atinge 140 em 1975, 121 em 1986 e apenas 9 em 1992, isto é, 3,7 vezes menos que em 1969.

Os dados de crédito total ao setor representam um índice 41 em 1969, 138 em 1970, 30 em 1989 e 26 em 1992.

Tomando o ano de 1974 como base 100, em 1991 o crédito por cultura representa 5 para o algodão, 3 para o arroz, traço para o café (que em 1975 foi 184), 13 para o milho e 3 para a soja. Agravando essas dificuldades com o volume de crédito, a política econômica vem discriminando cada vez mais o setor. A partir de 1969 até 1980, os agricultores tinham subsídio nas taxas de juros, variando de 1,83% a.a. até 35,8% a.a. em 1980. A partir de 1984 este baixou à taxa de 0,93% a.a., crescendo para uma taxa real acima da inflação de 2,1% a.a. em 1987, quando o IGP, que mede a inflação, foi de 415,8%. Em 1991 a taxa real foi 11,44% acima do IGP, de 476,3%.

Em 1992, para um IGP de 1.158,1% está estimada pelo IEA uma taxa real de juros de 22,21%.

7 - A análise da política de garantia de preços mínimos do período demonstra que este importante instrumento de estímulo à produção agrícola não tem surtido os efeitos desejados.

Entre 1972 e 1992 o preço mínimo da soja reduziu-se a uma taxa de 4,5% a.a.; do algodão em caroço, 5,8% a.a.; do algodão em pluma, 2,4% a.a.; do arroz, 4,7% a.a.; do milho, 2,8% a.a; apenas o feijão teve comportamento diferenciado com taxa positiva entre 1972 e 1982 de 3,0% a.a., e negativa de 5,1% a.a. entre 1982 e 1992.

8 - A esse efeito negativo da política econômica sobre o desenvolvimento mais recente do setor agrícola, podemos adicionar as dificuldades criadas pela elevada incidência da carga tributária

sobre os produtos.

Trabalhos elaborados pelo IEA estimam que de 22 produtos produzidos em São Paulo, cerca de 10,62% da renda gerada é recolhida aos cofres públicos sob a forma de ICMS.

Com respeito ao uso do solo, notamos, no Estado de São Paulo, um incremento no plantio de culturas mais rentáveis em detrimento daquelas cujas receitas são incompatíveis com o mínimo exigível para remunerar o fator terra no Estado.

Dados do IEA indicam que, entre 1969 e 1980, cerca de 2,4 milhões de hectares tiveram modificadas suas explorações. Ganharam área: cana (684,5 mil hectares), soja (584,6 mil), laranja (373,4 mil), café (362,7 mil) e trigo (213,5 mil). Perderam significativamente naquele período, pastagens (1.095 mil hectares), arroz de sequeiro (380 mil), milho (322 mil) e algodão (234 mil).

Já no período entre 1981 e 1992, a cana incorporou mais 670 mil hectares e a laranja 625,3 mil hectares. Perderam áreas, café (475 mil hectares - mais do que havia ganho no período anterior), feijão (295 mil), arroz (156 mil), milho (131 mil) e algodão (80 mil hectares).

Assim, as pastagens perderam pouca área neste período, cerca de 5,3 mil hectares, talvez pela necessidade de manter menor atividades de produção e mão-de-obra. As pastagens cultivadas com uma técnica mais elevada, de formação, adubação e manejo de solo e gado cresceram 1% a.a. de 1891 a 1992.

A cana cresceu nos últimos 23 anos cerca de 1.354 mil hectares e a laranja ganhou 998,8 mil. São duas culturas que se beneficiaram da disponibilidade de tecnologia, preços administrados do açúcar e álcool até 1990, do PROÁLCOOL e dos preços internacionais afetando a formação do preço interno. Ambas representam hoje 35% da área cultivada no Estado e 55,5% do valor bruto anual da safra paulista em 91/92. Essas duas explorações, mais leite, carne bovina, aves e ovos, abrangem 85% desse valor bruto. Esses mesmos produtos em 1987 representavam 64,5% da renda.

9 - Apesar da concentração da renda e da terra no setor da indústria sucroalcooleira e de suco de laranja, cujo futuro deve ser discutido, o crescimento da área da cana sobre o café teve um efeito atenuador na redução da massa salarial para os volantes. Ao crescer o emprego na colheita da cana e reduzir do café, a relação massa salarial da cana cresceu mais que proporcionalmente. Em 1969 essa relação era de 1.216, em 1970 foi de 1.109 e na década de 80 veio crescendo até atingir 5.750 em 1991, ou seja, a massa salarial gerada pela colheita da cana é cinco vezes maior que a de 1969.

10 - Outro importante aspecto observado através das análises das séries de dados do IEA é a tendência de crescimento da produção de culturas mais intensivas, como hortaliças, legumes, frutas, culturas irrigadas e de plasticultura.

Uma avaliação de renda bruta gerada pela produção de hortaliças, legumes e fruticultura no Estado de São Paulo indicou que as olerícolas em 1991 representavam em nível do produtor rural US$149,7 milhões e frutas US$418,9 milhões, as quais somadas acrescentariam 12,6% à renda do Estado.

11 - O setor agrícola, com seus aumentos de produção e produtividade, apesar da queda dos preços agrícolas recebidos, contribui significamente para que os índices inflacionários não sejam ainda maiores. É conhecido o fato de que o custo dos alimentos representa ao redor de 50% das despesas das famílias de mais baixa renda.

A transferência de recursos do setor agrícola para os demais setores da economia, face a este aspecto, tem sido muito grande. Isso resulta do prevalecimento da política miope de manter salários urbanos também baixos.

Essa visão urbana do setor agrícola tem sido possível graças à significativa elevação da produtividade da mão-de-obra agrícola no Estado. Análises dos dados do IEA indicam que o índice da produtividade do trabalho (com 1970=100) dobrou para 226 em 1973, triplicou em 1980 para 297, ascendeu a 335 em 1985 e a partir de 1987, quando todos indicadores se deterioram, ainda chega a 1992 com 160.

Esse cenário do setor agrícola paulista não está imune ao processo de liberalização do comércio mundial, de formação de blocos econômicos e do elevado grau de protecionismo dos países do primeiro mundo, penalizando o resto, com medidas até certo ponto antagônicas da teoria proposta, indicando que nosso país, exportador e importador importante de produtos agrícolas e derivados, deverá produzir com custos cada vez menores para ampliar nossa competitividade nos mercados internacionais.

A formação do bloco MERCOSUL poderá vir a constituir uma defesa dos quatro países signatários do Tratado de Assunção, para competirem em bloco, objetivando obter maiores parcelas de

terceiros mercados.

O MERCOSUL deve ser visto como complementariedade e integração entre os quatro países, que poderão tirar vantagens comparativas a favor do bloco, em vez de se dedicarem a uma política de competição predatória entre as partes.

A competitividade das agriculturas paulista e brasileira está diretamente relacionada com a estrutura tarifária interna. O Brasil é um dos únicos países, se não o único, que exporta imposto ao taxar as exportações com ICMS.

É preciso também melhorar a infra-estrutura de exportação e importação do País, reduzindo o custo das despesas portuárias, armazenagem e transporte.

É fato notório entre técnicos das instituições de pesquisa e lideranças agrícolas que a produção agrícola brasileira é competitiva da "porteira para dentro". Essa vantagem, entretanto, é perdida, quando se acrescentam as despesas até os portos de exportação. Esse fato leva-nos a pautar uma ampla reforma fiscal e melhoria da infra-estrutura física de apoio à comercialização agrícola.

O elevado custo da terra no Estado e em outras regiões produtoras do Brasil, os custos dos investimentos necessários à condução de uma moderna agricultura, exigirão cada vez mais dos produtores e pesquisadores, ações e atividades que preservem o solo, a água, a fauna e a flora.

A agricultura sustentada que cresce respeitando o meio ambiente, sem inibi-lo com posições radicais indefensáveis, é uma imperiosa necessidade da atual década.

Bolsões de pobreza em um Estado com o nível de desenvolvimento de São Paulo não têm justificativa econômica e social. Há um sem número de ações que induzem à utilização de tecnologias disponíveis, que permitirão num futuro próximo, reduzir disparidades regionais, desenvolvendo essas regiões.